

VPORTS
Autoridade
Portuária S.A.

**Demonstrações financeiras relativas ao
exercício findo de 31 de dezembro de
2024 e 2023.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	14
Balancos patrimoniais	18
Demonstrações do resultado	19
Demonstrações do resultado abrangente	20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstrações dos fluxos de caixa	22
Demonstrações do valor adicionado	23
Notas explicativas às demonstrações financeiras	24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas e investidores,

A Vports compartilha, por meio deste relatório, os resultados alcançados em 2024, ano em que completou seu segundo aniversário da concessão. Nesses primeiros dois anos, a companhia teve como marco a entrega de 100% das obrigações da concessão, com destaque para a conclusão do pacote de obras, que alcançou um volume de investimentos de R\$ 150 milhões. Além disso, em 2024, a Vports avançou significativamente na sua agenda comercial, impulsionada pelo novo modelo de gestão, que viabilizou a assinatura de cinco novos contratos e resultou em diversas movimentações de cargas recordes no porto. Paralelamente, deu continuidade ao seu programa de gestão eficiente de custos. Estas ações consolidadas refletiram em excelentes resultados econômico-financeiros, na manutenção de um sólido balanço patrimonial, e possibilitaram que, já no segundo ano da concessão, a Vports obtivesse o rating nacional de longo prazo “AAA(bra)”, atribuído pela agência Fitch.

DESTAQUES

Em 2024, a Vports, primeira e única autoridade portuária privatizada do país, responsável pelos Portos de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho alcançou diversos marcos importantes, incluindo:

- Assinatura de cinco novos contratos comerciais, totalizando onze novos contratos assinados nos primeiros dois anos da concessão.
- A nova dinâmica comercial possibilitou um crescimento de 15% na movimentação de cargas em relação ao ano anterior, totalizando 8,4 milhões de toneladas, com destaque para exportação recorde de café, recorde de importação de carros dos últimos 10 anos, movimentação de granito (principalmente

- operações de blocos no Cais Comercial) e importação de fertilizantes.
- Cumprimento integral das obrigações do Contrato de Concessão, com a entrega de todas as obras obrigatórias e a realização de obras não obrigatórias, com um investimento total desde a privatização na ordem de R\$ 170 milhões. Destaque para a recuperação dos silos horizontais e integração com a ferrovia que garantem aumento de capacidade de recebimento de produtos.
 - Em um trabalho de parceria com os exploradores, desde o início da concessão, a capacidade estática de graneis cresceu em 130%, todos os portêineres foram modernizados, as portarias e os sistemas foram automatizados dentro de um programa de modernização do Porto de Vitória. Estima-se que todas as iniciativas somadas totalizam cerca de R\$ 580 milhões com obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos.
 - Elaboração de documentos norteadores do desenvolvimento do porto: Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e Regulamentação de Acesso ao Porto (REP).

Todos esses avanços já resultaram em um aumento significativo da eficiência operacional da companhia, observado na consistente geração de caixa operacional, bem como garantem infraestrutura para crescimento futuro. Esses feitos reafirmam o compromisso da Vports com a excelência e o progresso na gestão portuária.

MERCADO

Durante o ano de 2024, foi mantido um ritmo sólido na formalização de novos contratos de arrendamento, com foco na ampliação da capacidade estática e na expansão das áreas de movimentação de carga. Paralelamente, foi aprimorada a gestão por meio de ajustes operacionais, comerciais e institucionais, fortalecendo a presença da Vports no mercado portuário e logístico nacional. Essas iniciativas

resultaram em um crescimento de 15% na movimentação de cargas no período, com crescimento em todos os segmentos.

A carga containerizada se destacou como a de maior movimentação, com 3,2 milhões de toneladas, o que representou 38% da movimentação total do porto, impulsionada pela exportação de café (crescimento de 60%) e movimentação de máquinas e equipamentos (crescimento de 82%). O segmento de carga geral registrou o maior crescimento em relação a 2023, com alta de 54%, impulsionado principalmente pelo aumento na movimentação de veículos, que dobrou em comparação ao ano anterior, registrando a maior movimentação de carros da última década do Porto de Vitória. A operação na área da cidade de Vitória foi outro destaque, com a VPorts registrando um crescimento de +218% na movimentação desde o início da concessão. Entre as iniciativas, destaca-se a assinatura de um novo contrato no segmento offshore.

OPERAÇÃO

O ano de 2024 foi marcado por uma intensa agenda de entregas relacionadas ao Contrato de Concessão e às reestruturações exigidas pelo processo de desestatização da companhia. No período, foram investidos aproximadamente R\$ 150 milhões.

As principais melhorias operacionais concentraram-se na conclusão de sete grandes obras, incluindo a ferrovia, a moega, os armazéns horizontais e da recuperação dos armazéns de Vitória, patrimônio histórico e cultural do Espírito Santo. Esses investimentos aumentaram significativamente a capacidade de armazenagem, aprimoraram a segurança na movimentação de cargas e elevaram a eficiência operacional. Além disso, possibilitaram a recepção de novos tipos de carga e a ativação de um novo berço de atracação.

Além desses avanços, 2024 também foi marcado por melhorias estruturais relevantes, como a inauguração do novo prédio

administrativo de Capuaba, a reforma da sede administrativa da Enseada, a modernização do sistema de iluminação e a reestruturação da portaria principal de Capuaba. Essas iniciativas reforçam a infraestrutura da empresa e aprimoram o ambiente de trabalho.

No campo da segurança da informação, foram registrados avanços significativos com a modernização dos sistemas e a renovação do parque tecnológico, garantindo maior confiabilidade, proteção de dados e suporte eficiente às operações críticas. Além disso, todos os processos de tecnologia da informação foram revisados e aprimorados para acompanhar o crescimento da companhia.

GESTÃO E GOVERNANÇA

Em 2024, a companhia aprimorou sua metodologia de avaliação de desempenho e resultados com a aprovação do Programa de Participação nos Lucros e o fortalecimento da cultura Vports, incorporando a avaliação de desempenho, a partir de valores e competências. Além disso, manteve suas certificações nas normas ISO 9001, 14001, 45001 e 27001, reafirmando seu compromisso com a qualidade, sustentabilidade, segurança e gestão da informação.

No âmbito ESG, a empresa implementou iniciativas para mitigar riscos e impactos, destacando-se a destinação responsável de mais de 700 toneladas de resíduos e a realização do inventário de carbono, que resultou no reconhecimento com o Selo Prata da Aliança Brasileira para Descarbonização de Portos (ABDP). Além disso, reforçou seu compromisso com a sociedade civil por meio de parcerias como o Projeto Baleia Jubarte, que monitora e protege as baleias jubarte no Espírito Santo. A Vports também prestou apoio às populações de regiões afetadas por desastres naturais, incluindo Mimoso do Sul (ES) e o Rio Grande do Sul. Paralelamente, novos contratos firmados integram

a iniciativa de promover o crescimento sustentável do porto, a partir de uma integração real e efetiva com a sociedade. Um exemplo disso é a parceria com Federação das Indústrias do Espírito Santo para a criação do Senai Porto, uma unidade educacional que será instalada em um dos armazéns do Porto, em Vitória, e capacitará cerca de 1.800 alunos por dia, em cursos voltados à atividade portuária. Outra parceria foi firmada para a instalação do novo museu da Vale em um dos armazéns, com espaços voltados para exposições temporárias e permanentes, destinados à valorização da história e cultura capixaba. A reforma e requalificação dos armazéns do Porto representam a preservação do patrimônio histórico e terão importante papel na revitalização do centro da cidade.

A governança corporativa da Vports é pautada pela transparência, integridade e compromisso com as melhores práticas do mercado, garantindo a confiabilidade, a sustentabilidade e a perenidade do negócio. A estrutura de governança da Companhia é composta por seu Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e sua Diretoria Executiva, que atuam de forma integrada e sinérgica, promovendo a inovação e impulsionando a geração de valor sustentável para todos os stakeholders.

O modelo de governança da Vports está alinhado às diretrizes globais mais exigentes, assegurando uma administração ética, responsável e focada em resultados consistentes. A Companhia adota uma postura proativa e transparente na divulgação de informações e na prestação de contas, assegurando que seus acionistas, seu Poder Concedente e o mercado tenham acesso a dados claros, precisos e tempestivos sobre seu desempenho financeiro e perspectivas futuras.

A Vports também se compromete com os mais altos padrões de ética e conformidade, garantindo que todas as suas práticas estejam alinhadas com a legislação vigente. A integridade está no cerne da cultura organizacional, refletindo-se em todas as suas decisões e na construção de relacionamentos transparentes e confiáveis com clientes, fornecedores, colaboradores, autoridades governamentais

relevantes e demais partes interessadas. No mês de dezembro, a Vports aderiu ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, iniciativa da Controladoria-Geral da União, com apoio do Ministério dos Portos e Aeroportos.

Com uma estrutura de governança sólida, a Vports reforça seu compromisso com a sustentabilidade do negócio, a criação de valor a longo prazo e a valorização de seus *stakeholders*.

RESULTADOS

A Vports apresentou uma **receita operacional líquida**, descontados as receitas de construção, de R\$ 283,3 milhões em 2024, 23% maior quando comparada ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 230,6 milhões) e um lucro líquido no período de R\$ 130,1 milhões. O crescimento da receita se deve, principalmente, aos novos contratos firmados e ao aumento de 15% na movimentação quando comparada ao ano anterior, totalizando 8,4 milhões de toneladas, superando a média de crescimento de 2% dos demais portos do país no mesmo período.

O **EBITDA Ajustado**¹ no ano de 2024 foi de R\$ 195,0 milhões, apresentando um crescimento de 51% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 129,5 milhões). A margem EBITDA Ajustada aumentou 13 pontos percentuais, partindo de 56% (em 2023) para 69%. O resultado foi possível devido aos novos negócios capturados em 2024, associados a redução de custos com maior eficiência operacional e redução dos gastos relacionados a desestatização da companhia.

Destaques (R\$ MM)	2024	2023	Δ %
--------------------	------	------	-----

¹ Os ajustes realizados em 2024 no Ebitda são o AVP da outorga fixa no valor de R\$ 16,9 milhões, provisão de bônus e PECLD no valor de R\$ 7,6 milhões, PDIV no valor de R\$ 0,1 milhão e contingências judiciais com ajuste negativo de R\$ 14,8 milhões.

Receita Operacional Líquida²	283,3	230,6	23%
Custos e Despesas³	(166,9)	(183,2)	-9%
Outras Receitas / Despesas	45,9	(27,0)	-270%
Depreciação e Amortização	22,8	17,2	33%
EBITDA⁴	185,2	37,6	392%
Margem EBITDA	65%	16%	49 p.p.
EBITDA Ajustado	195,0	129,5	51%
Margem EBITDA Ajustado	69%	56%	13 p.p.
Resultado Financeiro	(3,1)	(2,6)	20%
Lucro Líquido	130,1	8,3	1468%
Movimentação (MM Tons)	8,4	7,3	15%

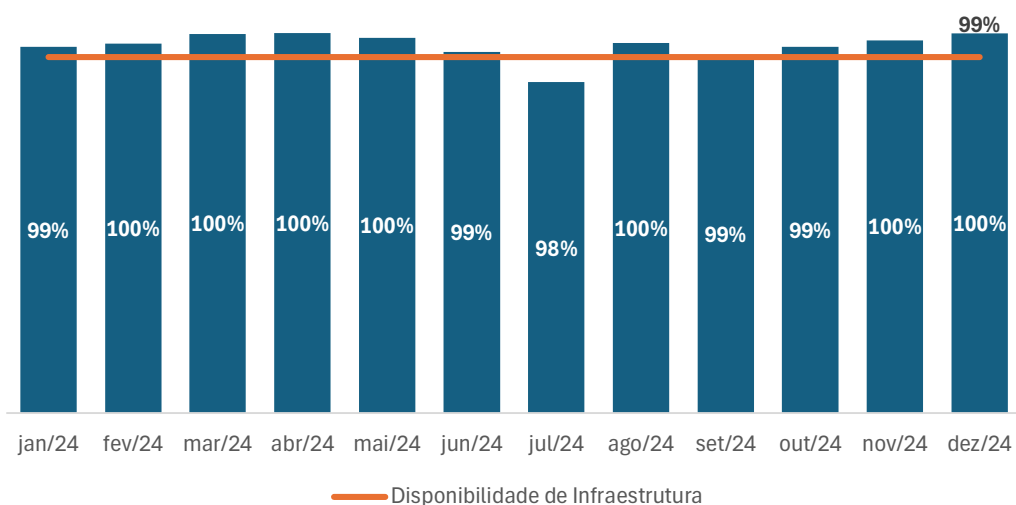
Em 2024, a **movimentação** atingiu 8,4 milhões de toneladas, um aumento de 15% em relação ao 2023. Esse aumento foi reflexo principalmente do crescimento de 18% na movimentação de contêiner, aumento expressivo da importação de veículos no porto e aumento na exportação do setor de rochas e de café.

A **operação** do porto no ano de 2024 se mostrou eficiente, com uma média de 99% no índice de disponibilidade de infraestrutura, garantindo o atendimento para o cliente do porto e resultando em uma movimentação produtiva no complexo portuário. A seguir o gráfico que demonstra o indicador:

² Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras, deduzidas as receitas de construção com margem zero (OCPC05) e sem efeito-caixa.

³ Não inclui os custos de construção ativo intangível com margem zero.

⁴ Instrução CVM 156

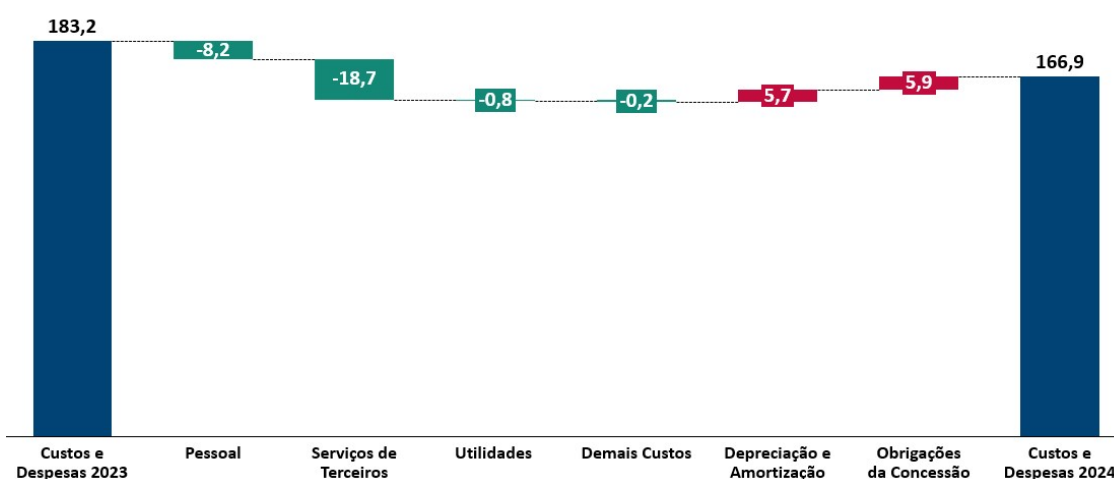


Em 2024, a **Receita Operacional Líquida**, descontadas as receitas de construção, totalizou R\$ 283,3 milhões, crescimento de 23% em relação a 2023. Esses números representam, pelo segundo ano consecutivo, um recorde histórico para a companhia. O crescimento da receita foi impulsionado pelos novos contratos firmados durante os dois primeiros anos da concessão, com isso, a receita patrimonial da companhia saiu de R\$ 63,3 milhões em 2022 para R\$ 151,0 milhões em 2024, um aumento de 238%. Além disso, a movimentação de 2024 teve um aumento de 15% quando comparada a 2023, resultando em maior geração de receita para a companhia.

Em 2024, a composição da Receita Bruta da companhia reflete a mudança no modelo de negócios, que saiu de um modelo dependente da movimentação de cargas e performances dos operadores, para um modelo que privilegia a valorização da infraestrutura cuja remuneração é majoritariamente fixa. Com isso, em 2024 a receita patrimonial representou 47% do total da receita bruta, um aumento de 16 pontos percentuais em comparação com 2022 e um aumento de 1 ponto percentual em relação a 2023, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Receita Bruta (R\$ MM)	2024	2023	Δ %
<i>Receita Patrimonial</i>	151,0	119,2	27%
<i>Receita de Movimentação Contratual</i>	58,5	60,9	-4%
<i>Receita Tarifária</i>	112,3	80,3	40%
Total Receita Bruta	321,8	260,4	24%

Os **Custos e Despesas**, excluindo os custos de construção sem margem, totalizaram R\$ 166,9 milhões em 2024, representando uma redução de 9% em relação a 2023. Essa redução deve-se, principalmente, à maior produtividade e eficiência nas operações, refletindo otimizações no quadro de pessoal. Adicionalmente, contribuiu para essa queda a não recorrência de serviços de terceiros contratados em 2023, que tiveram o objetivo de acelerar a melhoria na gestão dos ativos e passivos da companhia, mas não se repetiram em 2024.



Outras Receitas/Despesas totalizaram em 2024 um valor positivo de R\$ 45,9 milhões, revertendo o valor negativo de 2023 de R\$ 27,0 milhões. O valor reflete principalmente: (i) receita de direito de outorga no valor de R\$ 33,2 milhões; (ii) redução no passivo de contingências judiciais, que totalizou no ano um valor positivo de R\$ 14,8 milhões.

Em 2024, o **resultado financeiro** líquido foi negativo em R\$ 3,1 milhões, um aumento de 20% quando comparado com 2023. O principal fator foi a despesa financeira decorrente da emissão de debênture de R\$ 400 milhões realizada pela companhia em dezembro de 2024.

ENDIVIDAMENTO

O ano de 2024 foi marcado pela primeira emissão de debêntures da Vports. A liquidação da debênture incentivada (12.431) ocorreu em dezembro, no montante de R\$ 400 milhões, com vencimento para 2038. A remuneração foi estabelecida em IPCA + 8,0361% ao ano, o que representou NTN-B 2033 + 0,80% ao ano no dia do *bookbuilding*. O pagamento contará com carência de três anos para o principal, enquanto os juros serão pagos semestralmente, com a primeira parcela prevista para junho de 2025.

Um dos principais destaques da emissão foi a classificação de risco obtida junto à agência Fitch, que atribuiu à Vports o rating nacional de longo prazo “AAA(bra)”. Essa avaliação reflete a estrutura operacional sólida da Companhia, caracterizada pela diversificação das receitas provenientes da movimentação de cargas, contratos de longo prazo com alta previsibilidade e fácil renovação, além de uma posição estratégica para o escoamento da produção regional de granito e café.

O endividamento foi planejado para impulsionar o crescimento da Companhia, garantindo maior flexibilidade financeira e capacidade de investimento futuro, com o objetivo de fortalecer a geração de receita no médio e longo prazo, através da prestação de serviços cada vez mais eficientes, com aumento da produtividade e da segurança operacional

PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Ao longo do ano de 2025 a companhia seguirá sua agenda de geração de valor por meio do (i) arrendamento de áreas, (ii) captura do efeito anual dos novos contratos firmados ao longo do ano de 2024, (iii) realização de investimentos em busca de maior produtividade, (iv) aumento de movimentação de cargas capturando os investimentos feitos em aumento de capacidade, (v) desenvolvimento de novas áreas *greenfield com o alfandegamento em posições estratégicas* além de continuar buscando eficiência nos custos e investimentos.

Atenciosamente,

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Vports Autoridade Portuária S.A

Vitória – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Vports Autoridade Portuárias S.A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Vports Autoridade Portuárias S.A** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas portuárias ao término do exercício

Veja a Nota 2.3 e 24 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Parte substancial da receita da Companhia é oriunda de receitas com serviços portuários, onde os clientes obtêm o serviço prestado à medida que realiza e finaliza as operações portuárias.</p> <p>Os diversos serviços prestados demandam medições específicas e as respectivas receitas são reconhecida quando os serviços são completamente atendidos e finalizados, após o cliente ter finalizado toda sua movimentação dentro da área de concessão da Companhia.</p> <p>O processo de reconhecimento de receita dos serviços portuários no final do exercício foi considerado o principal assunto de auditoria, devido ao alto volume de transações, relevância dos saldos envolvidos e risco de reconhecimento de receita fora do período de competência.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento dos processos e controles implementados pela Companhia relacionados ao processo de reconhecimento de receitas portuárias, bem como avaliação do desenho e implementação dos respectivos controles;(ii) Avaliação das políticas contábeis aplicadas no reconhecimento de receitas de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente;(iii) Procedimentos substantivos de detalhe avaliando evidências, em base amostral, para a satisfação da obrigação da performance, precisão dos registros, liquidação financeira e faturamento subsequente, onde aplicável, sobre as receitas para serviços portuários reconhecidas ao final do exercício;(iv) Procedimentos substantivos analíticos sobre os saldos de receitas para serviços portuários, para identificar e avaliar movimentações incomuns que possam indicar reconhecimento indevido de receitas; e(v) Avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receitas. <p>Com base nos procedimentos executados, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas para serviços prestados ao término do exercício e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 07 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Vitória, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-2-F-RJ



Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	488.881	162.686	Fornecedores	11	13.871	18.528
Contas a Receber de Clientes	4	25.438	14.313	Adiantamentos de Clientes - Contas a Receber	4	4.043	789
Estoques	-	703	435	IRPJ e CSLL a Recolher	12	10.394	3.948
IRPJ e CSLL a Recuperar	5	23.968	4.584	Obrigações Tributárias	12	3.791	3.563
Tributos a Recuperar	5	2.848	3.768	Salários e Encargos	13	6.994	11.714
Despesas Antecipadas	6	1.731	7.209	Arrendamento Mercantil	14	283	261
Outros Créditos	-	345	972	Adiantamento Clientes - Arrendamento	15	2.000	2.000
Direito de Outorga Cedido - Circulante	20	32.366	30.867	Debentures	16	804	-
Total do ativo circulante		576.280	224.834	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	17	10.070	9.712
				Obrigações com Poder Concedente	18	28.253	23.497
Não Circulante				Benefício Pós Emprego	19	1.828	1.676
Contas a Receber de Clientes	4	2.454	-	Direito de Outorga Cedido - Circulante	20	32.366	30.867
Depósitos Judiciais	7	18.148	25.837	Outras Contas a Pagar	21	5.034	4.584
Impostos Diferidos	8	41.600	61.023	Total do Passivo Circulante		119.731	111.139
Outros Créditos	-	915	2.002	Não Circulante			
Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	20	-	28.044	Arrendamento Mercantil	14	3.347	3.509
Investimentos	-	-	-	Adiantamento Clientes - Arrendamento	15	16.000	18.000
Imobilizado	9	32.623	31.711	Debentures	16	383.420	-
Intangível	10	728.446	614.865	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	17	71.421	74.596
Total do Ativo não Circulante		824.186	763.484	Benefício Pós Emprego	19	21.431	44.220
				Provisão para Processos Judiciais	22	31.840	31.560
				Obrigações com Poder Concedente	18	203.997	177.659
				Direito de Outorga Cedido - Não Circulante	20	-	28.044
				Outras Contas a Pagar	21	-	6.975
				Total do Passivo não Circulante		731.456	404.563
				Total do Passivo Circulante e Não Circulante		851.187	515.702
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	23.1	568.621	568.621
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	23.3	26.541	7.228
				Prejuízos Acumulados	23.4	(45.883)	(103.233)
				Total do Patrimônio Líquido		549.279	472.616
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.400.466	988.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VPOR TS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita Operacional Líquida	24	<u>409.214</u>	<u>241.307</u>
Custo dos Serviços Prestados	25	<u>(237.476)</u>	<u>(129.280)</u>
Lucro Bruto		<u>171.738</u>	<u>112.027</u>
Receitas/(Despesas) Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	25	(55.298)	(64.679)
Outras Receitas e Despesas, líquidas	26	<u>45.886</u>	<u>(26.987)</u>
Lucro/(Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		<u>162.326</u>	<u>20.361</u>
Resultado financeiro			
Receitas Financeiras	27	21.933	20.200
Despesas Financeiras	27	<u>(25.042)</u>	<u>(22.832)</u>
Lucro/(Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>159.217</u>	<u>17.729</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	8	(9.677)	(6.488)
Diferidos	8	<u>(19.423)</u>	<u>(2.911)</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>130.117</u>	<u>8.330</u>
Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$	23.2	0,0184	0,0012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VPOR TS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício		<u>130.117</u>	<u>8.330</u>
Outros resultados abrangentes de benefícios pós emprego	23.3	<u>19.313</u>	<u>(9.976)</u>
Resultado Abrangente Total do Exercício		<u>149.430</u>	<u>(1.646)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 1º de Janeiro de 2022		568.568	17.204	(111.563)		474.209
Outros Resultados Abrangentes		-	(9.976)	-		(9.976)
Aporte de Capital	53	53	-	-		53
Lucro Líquido do exercício		-	-	8.330		8.330
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		568.621	7.228	(103.233)		472.616
Saldos em 1º de Janeiro de 2023		568.621	7.228	(103.233)		472.616
Outros Resultados Abrangentes	23.3	-	19.313	-		19.313
Juros sobre o capital próprio	23.4	-	-	(72.767)		(72.767)
Lucro Líquido do exercício	23.2	-	-	130.117		130.117
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		568.621	26.541	(45.883)		549.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações dos fluxos de caixas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	130.117	8.330
Ajustes do exercício		
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	22.842	17.172
Baixas de Imobilizado e Intangível	39	52
Reclassificações de Imobilizado e Intangível	7.380	481
Provisão para Processos Judiciais	(19.720)	(345)
Provisão/Reversão para Perda de Crédito Estimada	(2.706)	(3.038)
Imposto de Renda E Contribuição Social Diferidos	19.423	2.911
Imposto de Renda Corrente	9.677	6.488
Adiantamento Clientes - Arrendamento	(2.000)	(2.000)
Juros Sobre Arrendamento Mercantil	322	414
Juros Sobre Portus E Plano De Pensão	5.245	6.173
Juros Sobre Depósitos Judiciais	(1.204)	(2.163)
Juros Complemento De Aposentadoria	1.039	950
Juros Sobre Debêntures	2.079	-
Obrigações Com Poder Concedente	54.595	44.994
Lucro Ajustado	227.128	80.419
Variações Nas Contas de Ativos E Passivos		
Contas a Receber de Clientes	(10.873)	(5.654)
Créditos Negociados Com Os Clientes	-	5.400
Estoques	(268)	(360)
Tributos a Recuperar	(18.464)	2.617
Despesas Antecipadas	5.479	2.968
Depósitos Judiciais	8.893	23.911
Outros Créditos	1.716	6.605
Fornecedores	(4.657)	9.905
Obrigações Tributárias	20.644	5.506
Salários e Encargos	(4.720)	1.804
Adiantamentos De Clientes - Contas a Receber	3.254	(1.719)
Obrigações Com Poder Concedente	(23.501)	(3.932)
Pagamento Portus	(10.593)	(10.423)
Pagamento de Plano de Pensão	(1.832)	(1.548)
Pagamento Processos Judiciais	-	(13.501)
Outras Contas a Pagar	(6.525)	3.826
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais	185.681	105.824
Pagamento de IRPJ e CSLL	(22.448)	(4.064)
Caixa Líquido Gerado Pelas Atividades Operacionais Após Impostos	163.233	101.760
Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(145.876)	(21.062)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades De Investimentos	(145.876)	(21.062)
Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento		
Ingresso de Debêntures (Captações)	382.145	-
Pagamento De Arrendamento	(540)	(707)
Juros sobre o capital próprio e Dividendos pagos	(72.767)	-
Aumento De Capital	-	53
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	308.838	(654)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	326.195	80.044
Caixa no Início do Exercício	162.686	82.642
Caixa no Final do Exercício	488.881	162.686
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	326.195	80.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VPORTS Autoridade Portuária S.A

Demonstrações do valor adicionado

Em 31 de Dezembro de 2024 e 31 de Dezembro 2023

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita		
Receita Da Operação Portuária	170.786	141.220
Receita De Arrendamentos	151.030	119.203
Perda de Crédito Estimada	(2.706)	3.038
Receita de Construção	125.896	10.735
Outras Receitas	33.489	41.554
	<u>478.495</u>	<u>315.750</u>
Insumos Adquiridos De Terceiros		
Custos Serviços Prestados	(215.720)	(70.294)
Custo com Depreciação/Amortização	(21.756)	(16.527)
Materiais, Água, Energia, Serviços De Terceiros e outros	(28.092)	(23.317)
	<u>(265.568)</u>	<u>(110.138)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>212.927</u>	<u>205.612</u>
Retenções		
Despesas Com Depreciação/Amortização	(1.086)	(17.188)
Valor Adicionado Produzido Pela Entidade	<u>211.841</u>	<u>188.424</u>
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		
Receitas Financeiras	21.933	20.200
Outras Receitas e Despesas (Reversões/Provisões)	22.306	-
Valor Adicionado A Distribuir	<u>256.080</u>	<u>208.624</u>
Distribuição Do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	20.520	79.921
Benefícios a Empregados	7.827	26.022
Honorários De Conselhos	1.115	1.386
FGTS	1.375	17.468
Tributos		
Federais	65.387	46.640
Estaduais E Municipais	5.267	4.483
Juros E Variações Monetárias	23.334	22.832
Aluguéis	1.138	1.542
Remuneração De Capital Próprio		
Lucro Do Exercício	130.117	8.330
Valor Adicionado Distribuído	<u>256.080</u>	<u>208.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A. é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 (“Contrato de concessão”), e Edital nº 01/2022 – PPI/PND (“Edital”).

1.1 Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre a União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

1.2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2 Principais Políticas Contábeis Materiais

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 22 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 8 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados e incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro;
- Nota explicativa 19 - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;

2.3 Reconhecimento de receitas

2.3.1 Receita de contrato com cliente

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação do serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

a. Receita de contratos com cliente

Conforme o CPC 47 a Companhia deve reconhecer as receitas à medida que as obrigações de performance são satisfeitas. De acordo com a norma, o reconhecimento e mensuração das receitas seguem o modelo de cinco passos a saber: (1) Identificação dos contratos com os clientes, (2) identificação das obrigações de desempenho, (3) determinação do preço de transação, (4) alocação do preço da transação, e (5) o reconhecimento da receita quando (ou à medida) em que a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho.

Como resultado da análise dos contratos segundo o modelo acima a Companhia identificou que seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contratos com clientes estão de acordo com as disposições da nova norma vigente. As receitas de seus contratos são reconhecidas quando a Companhia atende suas obrigações de performance e, do mesmo modo, as receitas com os contratos com os clientes já são mensuradas pelo preço da transação conforme a norma vigente.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços portuários	Os clientes obtêm o serviço prestado a medida que realiza e finaliza as operações portuárias, tais como: uso do canal de acesso aquaviário, cabotagem, atracação e desatracação, armazenagem, uso da infraestrutura portuária. As faturas são emitidas após a finalização de toda a movimentação e operação do navio.	A receita é reconhecida quando os serviços são completamente atendidos e finalizados, após o cliente ter finalizado toda sua movimentação dentro da área de concessão da Companhia.
Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita com arrendamentos	Os clientes obtêm o controle da área após a assinatura do contrato de exploração de área assinado.	A receita é reconhecida linearmente pelo prazo do contrato, e pode ser observado na nota explicativa 2.8.2.

2.3.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros, descontos e rendimentos;
- despesa de juros e bancárias;
- variações monetárias passivas

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As variações monetárias são referentes a correção por inflação.

2.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.4.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.4.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.5 Imobilizado

2.5.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

2.5.2 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

2.5.3 Depreciação

A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Direito de uso de ativo	10-35 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado

2.6 Ativos Intangíveis

2.6.1 Reconhecimento e Mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

2.6.2 Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

2.6.3 Amortização

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, e para os bens reversíveis da concessão, são amortizados pelo método linear pelo prazo do contrato, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. Marcas não são amortizadas

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 Anos
Outorga Fixa	35 anos
Outorga a Vista	35 anos
Ativos da Concessão	35 anos

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Entretanto, se a Companhia tiver um direito incondicional a um valor que difere do preço da transação o recebível comercial será inicialmente mensurado pelo valor desse direito incondicional.

2.7.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros – classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros (SPPI) sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são SPPI sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima (por exemplo, ativos financeiros mantidos para negociação e aqueles que são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo), são classificados como ao VJR.

Passivos Financeiros – classificação

Os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

2.8 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

2.8.1 Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa a taxa regulada como taxa de desconto.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

2.8.2 Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte da receita operacional.

2.9 Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Bancos Conta Movimento	597	1.008
Aplicação Financeira (a)	<u>488.284</u>	<u>161.678</u>
Total	<u>488.881</u>	<u>162.686</u>

- (a) Refere-se a aplicações em CDB dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

O aumento observado no caixa foi devido a emissão de debentures no 4º trimestre de 2024.

4 Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Faturas a receber de clientes	27.892	20.669
Provisão Para Perda de Créditos Estimada	<u>-</u>	<u>(6.356)</u>
Contas a receber	<u>27.892</u>	<u>14.313</u>
Circulante	25.438	20.669
Não circulante	<u>2.454</u>	<u>-</u>
Descrição		
Adiantamentos de Clientes (Passivo)	<u>(4.043)</u>	<u>(789)</u>

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito à incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

A Vports, desde a desestatização, não possui perda de créditos apurada referente a este período, dado que, desde então, não possui perdas registradas e por isso não reconheceu nenhuma perda de crédito esperada em suas demonstrações financeiras.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, a movimentação de adiantamentos de clientes deve-se principalmente às tarifas portuárias que são adiantadas para uso da infraestrutura portuária.

A movimentação na provisão para perda de créditos estimado está sumarizada a seguir:

Descrição:	Valor
Saldos em 1º de janeiro de 2023	<u>(9.394)</u>
Constituição por estimativa	(2.888)
Reversão	<u>5.926</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>(6.356)</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	<u>(6.356)</u>
Constituição por estimativa	(2.837)
Reversão	<u>9.193</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>-</u>

A baixa realizada referente a Provisão estimada de crédito de liquidação duvidosa é referente a valores anteriores a desestatização da Companhia. Os referidos créditos continuam transcorrendo via cobrança judicial para recebimento.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição:	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	Cientes	PECLD	Cientes	PECLD
A vencer	24.042	-	10.545	(13)
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	2.314	-	748	(9)
De 31 a 60 dias	1.157	-	-	-
De 61 a 180 dias	379	-	64	(21)
De 181 a 365 dias	-	-	76	-
Mais de 365 dias	-	-	9.236	(6.313)
Total	<u>27.892</u>	<u>-</u>	<u>20.669</u>	<u>(6.356)</u>

5 Tributos a recuperar

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	17.582	2.829
CSLL a compensar	6.386	1.755
INSS retido a compensar	-	216
PIS a compensar	577	503
COFINS a compensar	<u>2.271</u>	<u>3.049</u>
Total	<u>26.816</u>	<u>8.352</u>

As linhas referentes a IRPJ e CSLL a compensar tiveram aumento significativo devido ao exercício de 2024 apresentar lucro tributável durante todo o ano, enquanto em 2023, o fato só ocorreu no fim do exercício.

6 Despesas antecipadas

Descrição:	31/12//2024	31/12/2023
Licença de <i>software</i>	16	50
Seguros responsabilidade civil adm. (b)	1.485	277
Seguros bens móveis e imóveis (b)	-	2.881
Dragagem de manutenção (a)	-	3.717
Seguro garantia concessão (b)	47	63
Seguro garantia judicial	183	221
Total	1.731	7.209

- (a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram reclassificados para imobilizado. Conforme o CPC 27 – Imobilizado, os gastos de manutenção de um ativo que possuem vida útil maior que um ano devem ser lançados no Ativo Imobilizado da Companhia e depreciados de acordo com a vida útil que se espera, para a dragagem o seu tempo de vida útil é de dois anos. A adição desse custo de dragagem pode ser vista na movimentação da Nota Explicativa nº 09;
- (b) Referem-se aos seguros da concessão. Em 2023 as apólices de seguros foram segregadas por tipo de seguro, tal qual, bens móveis e imóveis e demais abrangências da concessão. Em 2024 a renovação do seguro englobou todos os tipos de seguro, sendo assim, contabilizado em apenas uma linha.

7 Depósitos judiciais

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhista	14.170	22.627
Cível/Tributário	3.978	3.210
Total	18.148	25.837

A seguir abertura da movimentação dos saldos judiciais no exercício:

Descrição	Trabalhista	Cível / Tributário	Total
Saldo em 01/01/2024	22.627	3.210	25.837
Depósitos/Bloqueio	5.291	658	5.949
Atualização	969	235	1.204
Saque	(6.369)	(120)	(6.489)
Resgate	(8.348)	(5)	(8.353)
Saldo em 31/12/2024	14.170	3.978	18.148

Descrição	Trabalhista	Recursal	Cível Tributário	Total
Saldo em 01/01/2023	33.277	3.739	10.569	47.585
Depósitos/Bloqueio	3.579	415	264	4.258
Atualização	1.875	66	222	2.163
Saque	(7.778)	-	(4.244)	(12.022)
Resgate	(15.822)	(639)	(627)	(17.088)
Ajuste Saldo/Transferências	7.496	(3.581)	(2.974)	941
Saldo em 31/12/2023	22.627	-	3.210	25.837

Os saques são oriundos de pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	159.217	17.729
II - Impostos Diferidos acumulados	-	-
III - Base de Cálculo.	159.217	17.729
IV - IRPJ e CSLL a alíquota nominal - 34%	54.134	6.028
V- Efeitos das adições permanentes	1.757	3.659
VI- Efeitos das exclusões permanentes	(24.929)	(1.590)
VII – Outras movimentações	(1.862)	225
VIII - Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	29.100	9.399
IX - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	(29.100)	(9.399)
Alíquota efetiva	18,28%	-53,01%
IRPJ e CSLL Correntes	(9.677)	(6.488)
IRPJ e CSLL Diferidos	(19.423)	(3.697)
Total	(29.100)	(9.399)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	31/12/2024			31/12/2023		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL	<u>20.987</u>	<u>8.186</u>	<u>29.173</u>	<u>24.111</u>	<u>9.310</u>	<u>33.421</u>
Diferenças Temporárias:						
Provisão Para Perdas De Créditos	-	-	-	3.409	1.227	4.636
Provisão Provável para Processo Judicial	7.960	2.866	10.826	12.890	4.640	17.530
Outras	1.177	424	1.601	4.397	1.039	5.436
Subtotal	<u>9.137</u>	<u>3.290</u>	<u>12.427</u>	<u>20.696</u>	<u>6.906</u>	<u>27.602</u>
Total	<u>30.124</u>	<u>11.476</u>	<u>41.600</u>	<u>44.807</u>	<u>16.216</u>	<u>61.023</u>

9 Imobilizado

31 de dezembro de 2024				
Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Obras Cíveis	2	3.718	(3.718)	-
Instalações	10	18.538	(4.111)	14.427
Veículos	5	433	(390)	43
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.016	(8.934)	82
Equipamentos de informática	20	5.729	(1.485)	4.244
Móveis e utensílios	10	957	(416)	541
Direito de uso de ativo	10 a 35	5.143	(2.060)	3.083
Imobilizações em andamento	-	10.203	-	10.203
		53.737	(21.114)	32.623

31 de dezembro de 2023				
Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Depreciação acumulada	Custo líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3	-	-	-
Instalações	10	17.456	(3.132)	14.324
Veículos	5	433	(311)	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	9.002	(8.931)	71
Equipamentos de informática	20	4.739	(619)	4.120
Móveis e utensílios	10	784	(385)	399
Direito de uso de ativo (a)	10 e 35	5.065	(1.800)	3.265
Imobilizações em andamento	-	9.410	-	9.410
		46.889	(15.178)	31.711

9.1 Movimentação do Imobilizado

Descrição:	31 de dezembro de 2023	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências	Depreciação	31 de dezembro de 2024
Instalações	14.324	1.209	(17)	-	3.718	(4.807)	14.427
Veículos	122	-	-	-	-	(79)	43
Máquinas, equipamentos e ferramentas	71	15	(1)	-	-	(3)	82
Equipamentos de informática	4.120	1.023	(13)	-	-	(886)	4.244
Móveis e utensílios	399	204	(8)	-	-	(54)	541
Direito de uso de ativo	3.265	78	-	-	-	(260)	3.083
Imobilizações em andamento	9.410	4.633	-	(122)	(3.718)	-	10.203
	31.711	7.162	(39)	(122)	-	(6.089)	32.623
Descrição:	31 de dezembro de 2022	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências (a)	Depreciação	31 de dezembro de 2023
Beneficiárias em imóveis de terceiros	-	-	-	-	-	-	-
Instalações	13.868	145	(9)	-	1.077	(757)	14.324
Veículos	218	-	(5)	-	-	(91)	122
Máquinas, equipamentos e ferramentas	4	68	-	-	-	(1)	71
Equipamentos de informática	231	334	-	-	3.893	(338)	4.120
Móveis e utensílios	157	6	(38)	-	317	(43)	399
Direito de uso de ativo (a)	5.357	-	-	(1.727)	-	(365)	3.265
Imobilizações em andamento	27.144	3.325	-	(150)	(20.909)	-	9.410
	46.979	3.878	(52)	(1.877)	(15.622)	(1.595)	31.711

(a) O valor de R\$ 15.622 em 31 de dezembro de 2023 classificado como "transfêrência", na presente nota, e nota de intangível (Nota Explicativa nº 10) refere-se à finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda estava em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, após sua conclusão passou a ser reconhecido no ativo intangível por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1).

10 Intangível

31 de dezembro de 2024				
Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
<i>Software</i>	5	186	(37)	149
Marcas e Patentes	-	296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	35	148.394	(9.541)	138.853
Outorga à vista	35	106.000	(6.814)	99.186
Ativos da Concessão	35	502.288	(23.210)	479.078
Investimentos Em Andamento	-	10.884	-	10.884
		769.368	(40.922)	728.446
				-
31 de dezembro de 2023				
Descrição:	% Taxa de depreciação a.a.	Custos	Amortização acumulada	Custo líquido
<i>Software</i>	5	111	(10)	101
Marcas e Patentes	-	296	-	296
Bens Anteriores a Concessão	35	1.320	(1.320)	-
Outorga Fixa	35	148.394	(5.299)	143.095
Outorga à vista	35	106.000	(3.786)	102.214
Ativos da Concessão	35	367.850	(12.555)	355.295
Investimentos Em Andamento (Obrigatório)	-	13.864	-	13.864
		637.835	(22.970)	614.865

VPORTS Autoridade Portuária
Demonstrações financeiras relativas ao exercício
findo de 31 de dezembro de 2024

10.1 Movimentação do intangível

Descrição:	31 de dezembro de 2023				31 de dezembro de 2024			
	Aquisições	Baixas	Reclassificações (c)	Transferências	Amortização			
<i>Software</i>	101	-	-	-	(27)		149	
Marcas e Patentes	296	-	-	-	-		296	
Bens Anteriores a Concessão	-	-	-	-	-		-	
Otorga Fixa	143.095	-	-	-	(4.242)		138.853	
Otorga à vista	102.214	-	-	-	(3.028)		99.186	
Ativos da Concessão	355.902	4.460	(7.258)	136.630	(10.656)		479.078	
Investimentos Em Andamento (Obrigatório) (b)	13.257	125.896	-	(139.153)	-		-	
Investimentos Em Andamento	8.361	-	-	2.523	-		10.884	
	614.865	138.792	(7.258)	-	(17.953)		728.446	
Descrição:	31 de dezembro de 2022				31 de dezembro de 2023			
	Aquisições	Baixas	Reclassificações	Transferências (a)	Amortização			
<i>Software</i>	111	-	-	-	(10)		101	
Marcas e Patentes	296	-	-	-	-		296	
Otorga Fixa	258.143	-	(111.606)	-	(3.442)		143.095	
Otorga à vista	105.243	-	-	-	(3.029)		102.214	
Ativos da Concessão	347.212	4.133	35	14.035	(10.120)		355.295	
Investimentos Em Andamento (Obrigatório)	12.644	-	(367)	1.587	-		13.864	
	710.598	17.184	(111.938)	15.622	(16.601)		614.865	

(a) O valor de R\$ 15.622 em 31 de dezembro de 2023 classificado como "transferência", na presente nota, e nota de imobilizado (Nota Explicativa nº 9) refere-se à finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda esta va em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, após sua conclusão passou a ser reconhecido no ativo intangível por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1).

(b) Até o dia 31 de dezembro de 2024 ocorreu uma adição na classe de investimento em andamento obrigatório no valor de R\$ 125.896 que se referem principalmente ao calendário de obras previstas no contrato de concessão, entre elas se destacam a reforma dos armazéns do Cais Comercial em Vitória, e os projetos de reforma da Péra ferroviária de Capua em Vila Velha.

(c) Em 2024 a Companhia reconheceu crédito extemporâneo de Pis e Cofins sobre ativos fixos, conforme levantamento realizado em um trabalho conjunto de seus assessores jurídicos.

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão e, dessa forma, serão amortizados até o final do contrato.

O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados sendo assim não havendo modificações em prazos de depreciação. Todos os bens intangíveis relacionados à concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

11 Fornecedores

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços	12.048	17.441
Fornecedores de material	1.823	1.087
Total	13.871	18.528

12 Obrigações tributárias

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
COFINS a recolher	2.807	2.404
PIS a recolher	602	518
ICMS a recolher	11	-
ISS a recolher	371	641
IRPJ/CSLL a recolher	10.394	3.948
Total	14.185	7.511

13 Salários e encargos

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Salários, férias e outras gratificações	5.523	10.218
INSS a recolher	268	510
FGTS a recolher	198	109
IRRF sobre a folha de pagamento	592	453
Outras obrigações trabalhistas	413	424
Total	6.994	11.714

14 Arrendamento mercantil

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2023	Adições/ Transferências	Juros Apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	3.770	-	322	78	(540)	3.630
Circulante	261	240	322	-	(540)	283
Não Circulante	3.509	(240)	-	78		3.347

Arrendamento (passivo)	Saldo em 31/12/2022	Adições/ Transferências	Juros Apropriados	Varição monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Imóveis	5.790	-	398	(1.711)	(707)	3.770
Circulante	493	-	-	-	-	261
Não Circulante	5.297	-	-	-	-	3.509

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 9,92%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde está a sede administrativa da Companhia e ao aluguel de uma área onde se encontra instalada uma torre integrante do sistema VTMIS.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2025	2026	2027	2028 até o término dos contratos
Imóveis	331	315	347	2.637

15 Adiantamento arrendamento cliente

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos não circulante	16.000	18.000
Total	18.000	20.000

Valor recebido antecipadamente referente ao contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 2 de fevereiro de 2008 a 30 de setembro de 2033, que visa a atender ao Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural (PLANGÁS), instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo nº 3453/2007.

16 Debêntures

Descrição	31/12/2024
Circulante:	
Debêntures	804
Não Circulante:	
Debêntures	<u>383.420</u>
Total	<u>384.224</u>

Apresentamos a seguir, as debêntures da Companhia por instituições financeiras:

Operação/Instrumento	Garantias	Taxa (a.a.)	Vencimento	31 de dezembro 2024
Debênture 1ª emissão Vports Autoridade Portuária S.A - Serie Única	-	IPCA + 8,0361%	Dez/38	384.224

A seguir, é apresentado o vencimento das debêntures:

Descrição:	31 de dezembro 2024
Até um ano	804
Entre um e dois anos	-
Acima de dois anos	<u>383.420</u>

Descrição:	31 de dezembro 2024
Captação	400.000
Custo de transação	(17.855)
Juros incorridos e correção	2.079
Amortização	<u>-</u>
Total	<u>384.224</u>

Emissão de Debêntures

Em 17 de dezembro de 2024, a VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA S.A emitiu 400.000 debêntures referente a 1ª (Primeira) emissão (CDES11) não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$1.000, a captação possui carência de 36 meses para amortização do principal que será realizada em 23 parcelas semestrais, a partir de 15 de dezembro de 2027.

Os juros serão pagos de forma semestral, sem carência, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, considerando atualização monetária através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 8,0361% ao ano.

As debêntures emitidas possuem as seguintes características principais:

- Valor total da emissão: 400MM
- Prazo de vencimento: dez/2038

- Remuneração: IPCA + 8,0361%
- Periodicidade de pagamento: Carência de 3 anos do principal e pagamento de juros semestrais
- Garantias: Clean

Os Covenants do contrato baseiam-se principalmente em obrigações de desempenho (Dívida Financeira Líquida sobre o EBITDA),. Essa medição irá começar em 31 de dezembro de 2025. Não houve garantias nas debentures emitidas.

17 Termo de compromisso financeiro – Portus

Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	10.070	9.712
Não circulante	71.421	74.596
Total	81.491	84.308

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro (TCF) com o PORTUS, no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar, denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- (a) 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- (b) 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja primeira parcela foi paga em julho de 2020 e a última está prevista para junho de 2035;
- (c) Sistema Price de amortização;
- (d) Atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

A seguir, a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no exercício:

Descrição:	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2023	84.308
(+) Juros	5.245
(-) Pagamentos	(10.593)
(+/-) Atualização/Ajustes	2.531
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2024	81.491

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa prefixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	
			provável I	provável II (+25%)	provável III (+50%)	provável II (-25%)	provável III (-50%)
Passivos Financeiros							
Empréstimos e Financiamentos	INPC	81.491	3.887	4.859	5.831	2.915	1.944

18 Obrigações com o poder concedente

18.1 Curto prazo

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Outorga variável	26.594	21.919
Terreno Greenfield	<u>1.659</u>	<u>1.578</u>
Total	<u>28.253</u>	<u>23.497</u>

18.1.1 Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em Reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento, o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do exercício, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

18.1.2 Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente, caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente à obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

18.2 Longo prazo

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(434.637)	(451.525)
Atualização IPCA	<u>19.784</u>	<u>10.334</u>
Total	<u>203.997</u>	<u>177.659</u>

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota Explicativa nº 13, e o Passivo, conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia 5 de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

19 Benefício pós-emprego

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e complemento de aposentadoria:

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Complementação aposentadoria	<u>1.828</u>	<u>1.676</u>
Total curto prazo	<u>1.828</u>	<u>1.676</u>
Complementação aposentadoria PORTUS (a)	<u>8.425</u> <u>13.006</u>	<u>10.012</u> <u>34.208</u>
Total longo prazo	<u>21.431</u>	<u>44.220</u>

- (a) O valor relativo à rubrica PORTUS corresponde às métricas que foram amplamente descritas na Nota Explicativa nº 17, e, em termos gerais, representa saldo inerente do acordo firmado com o Instituto Portus de Previdência com o objetivo de equalizar o déficit, o valor apresentado nesta nota explicativa é relativo ao saldo atuarial do PORTUS que é atualizado trimestralmente.

19.1 PORTUS

Saldo plano pensão Portus	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	<u>34.208</u>	<u>25.624</u>
Ajustes cálculo atuarial no exercício	(2.531)	(1.049)
Ajuste ORA	<u>(18.671)</u>	<u>9.633</u>
Saldo final	<u>13.006</u>	<u>34.208</u>

19.2 Complemento de aposentadoria

Saldo complemento de aposentadoria	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial:	<u>11.688</u>	<u>11.943</u>
Benefícios pagos	(1.832)	(1.548)
Ajustes cálculo atuarial no exercício	1.039	950
Ajuste ORA	<u>(642)</u>	<u>343</u>
Saldo final	<u>10.253</u>	<u>11.688</u>

20 Direito de outorga cedido

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Direito de outorga cedido – circulante	32.366	30.867
Direito de outorga cedido - não circulante	<u>-</u>	<u>28.044</u>
Total	<u>32.366</u>	<u>58.911</u>

A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidado em cinco anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das três parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado e a receita contratual remanescente, levados a resultado no prazo remanescente de 3 anos devidos pelas condições vinculadas ao pagamento adicional.

Os valores apresentados na presente nota são idênticos em ativos e passivos, pois ao mesmo tempo em que a Companhia tem o direito do recebimento dos valores, ela tem a obrigação decorrente do compromisso do contrato e suas particularidades de acordo com sua vigência.

21 Outras contas a pagar

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante:		
Credores Diversos	383	414
Credores Depósitos Cauçionados	-	58
Provisão de bônus à colaboradores (a)	4.190	3.285
Depósitos e Consignações	438	597
Assistência Médica	<u>23</u>	<u>230</u>
Total	<u>5.034</u>	<u>4.584</u>
Passivo não circulante:		
Obrigações Convênios (b)	<u>-</u>	<u>6.975</u>
Total	<u>-</u>	<u>6.975</u>

(a) A realização do desembolso da provisão de bônus a colaboradores referente ao exercício de 2023 realizou-se no 1º trimestre de 2024. O novo montante refere-se à provisão do exercício de 2024.

(b) No 3º trimestre de 2024 foi feito encontro de contas entre valores do ativo e passivo do Convênio SEP, permanecendo o saldo predominante em aberto no ativo.

22 Provisão para processos judiciais

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia as ações em que a Vports é ré, são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância, e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

a. Provisões para demandas judiciais classificadas como perdas prováveis

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Provisão Provável para processos Judiciais:		
Processos trabalhistas	26.308	26.843
Processos cíveis	5.287	24.717
Processos tributários	245	-
Total	31.840	51.560

Até 31 de dezembro de 2024, as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para processos judiciais prováveis:

Descrição:	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.147	34.689	5.570	65.406
Complemento de provisão	7.518	4.090	367	11.975
Pagamentos/baixas de alvarás	(5.822)	(1.326)	(7.043)	(14.191)
(-) reversões de provisões			(11.630)	(11.630)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.843	24.717	-	51.560
Saldos em 31 de dezembro de 2023	26.843	24.717	-	51.560
Complemento de provisão	11.214	1.665	245	13.124
(-) Reversões de provisões (a)	(11.749)	(21.095)	-	(32.844)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.308	5.287	245	31.840

- (a) Após julgamento da apelação interposta pela Vports contra a sentença de primeiro grau, o TJES deu parcial provimento à apelação da Vports limitando a ação da TA Oil até certo período. Sendo assim, o valor provável que tínhamos provisionado até o julgamento da apelação, que era de aproximadamente R\$ 23.586 foi reduzido para R\$ 3.198, após a estabilização do referido acórdão no TJES, revertendo em R\$ 20.388 o valor da provisão provável.

b. Processos judiciais classificadas como perdas possíveis

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Processos Judiciais Possíveis:		
Processos trabalhistas	107.160	60.440
Processos cíveis	188.745	117.586
Processos tributários	<u>8.846</u>	<u>8.469</u>
Total	<u>304.751</u>	<u>186.495</u>

Entre os principais processos classificados como perdas possíveis e podemos destacar:

- Processos de natureza trabalhista tratam-se principalmente de antigos colaboradores.
- Hiper Export, processo cível no valor de R\$ 22.331, pelo qual a empresa pede declaração de propriedade sobre alguns armazéns na área em que atuava.
- Portus Instituto, processo cível no valor de R\$ 125.985, referente a complementação de aposentadoria e adimplemento de crédito.
- Processo tributário contra o Município de Vila Velha, no valor de R\$ 8.846, referente a adimplemento de crédito

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Capital social	568.621	568.621
Ações ordinária	7.066.362.882	7.066.362.882

23.2 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
(Prejuízo) Lucro líquido	130.117	8.330
Ações Ordinária	<u>7.066.362.882</u>	<u>7.066.362.882</u>
Resultado Básico / Diluído por Ações em Reais R\$	<u>0,0184</u>	<u>0,0012</u>

23.3 Ajuste de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 31 de dezembro de 2024 um ganho líquido de R\$ 19.313 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023 referente ao compartilhamento de riscos, encerrando assim o exercício de 2024 no valor de R\$ 26.541.

23.4 Prejuízos acumulados

No 4º trimestre de 2024 a Companhia efetuou pagamento de juros sobre capital próprio relativos a períodos ainda não pagos, conforme deliberado em reunião extraordinária do conselho de administração, o valor deliberado foi de R\$ 72.768.

O encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2024, resultou em um prejuízo acumulado de R\$ 45.883, resultado com redução de R\$ 57.350 em relação ao valor apresentado em 31 de dezembro de 2023.

24 Receita operacional líquida

O saldo da receita nos exercícios findos em 31 dezembro de 2024 e 2023 está apresentado a seguir:

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com serviços portuários	170.786	141.220
Receitas com arrendamentos	151.030	119.203
Impostos sobre vendas e serviços	(38.027)	(29.649)
Cancelamentos e devoluções	(471)	(202)
Receita de construção	125.896	10.735
	<u>409.214</u>	<u>241.307</u>
Receita operacional líquida	<u>409.214</u>	<u>241.307</u>

25 Custos e despesas por natureza

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Gerais e Administrativas:		
Despesas com Pessoal	(32.254)	(35.059)
Serviços de terceiros	(14.671)	(20.437)
Depreciações e Amortizações	(1.086)	(661)
Materiais	(452)	(366)
Seguros	(393)	(341)
Energia, Água e Outras Utilidades	(262)	(625)
Despesas Judiciais	(55)	(185)
Multas	(118)	(624)
Despesas Com Viagens	(743)	(553)
Despesas Tributárias	(344)	(1.252)
Outras Despesas	(4.920)	(4.576)
	<u>(55.298)</u>	<u>(64.679)</u>
Total	<u>(55.298)</u>	<u>(64.679)</u>
Custo dos Serviços Prestados:		
Custo com Pessoal	(15.198)	(20.630)
Serviços de Terceiros	(18.807)	(31.789)
Amortizações Concessão	(7.268)	(6.471)
Depreciações e Amortizações	(14.488)	(10.056)
Materiais	(429)	(836)
Seguros	(3.732)	(3.036)
Obrigações da Concessão	(49.018)	(43.077)
Energia, Água e Outras Utilidades	(1.432)	(1.849)
Custo de Construção	(125.896)	(10.735)
Outros Custos	(1.208)	(801)
	<u>(237.476)</u>	<u>(129.280)</u>
Total	<u>(237.476)</u>	<u>(129.280)</u>

26 Outras receitas e despesas líquidas

Descrição:	31/12/2024	31/12/2023
Provisões para riscos	(10.237)	(5.174)
Perda de Crédito Estimada	(2.706)	3.038
Provisão bônus	(4.189)	(3.284)
Provisão energia elétrica	-	(307)
PDIV (a)	(148)	(75.491)
Reversão Provisão para Processos Judiciais (b)	25.068	8.138
Reversão provisão plano de pensão	1.832	1.534
Outras despesas e receitas operacionais	3.083	12.722
Receita de direito de outorga (nota 20)	33.183	31.837
Total	<u>45.886</u>	<u>(26.987)</u>

- (a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa a estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de incentivos à demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do art. 477-B da CLT e da decisão proferida no RE nº 590415 do STF (Tema 152) ressaltando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10 de janeiro de 2023.

Puderam participar desse programa todos os empregados com vínculo ativo em 5 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31 de julho de 2023.

Durante o exercício de 2023, ocorreram os desligamentos dos funcionários que optaram pela adesão ao PDIV. A primeira turma desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorreram até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias pode ser observado no grupo de Outras Despesas.

- (b) Dentre o valor de saldo apresentado na rubrica de reversão de provisão para processos judiciais, a composição majoritária desse saldo se deve a reversão de natureza provável na classificação de saldos de processos judiciais, saindo do risco provável e migrando para classes de possível, remoto ou podendo haver encerramento jurídica. O que explica esse valor acima da linha histórica foi a ação da TA Oil, no valor de 23.586, conforme mencionado na NE 24 item (a).

27 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras:		
Variação Monetária Ativa	4.335	5.407
Rendimentos Com Aplicações Financeiras	16.400	13.120
Juros Ativos	1.087	913
Descontos Obtidos	111	2
Outras Receitas Financeiras (Juros E Atual. S/ Dep. Judiciais)	-	758
Total	<u>21.933</u>	<u>20.200</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária passiva	(21.942)	(21.045)
Despesas bancárias	(34)	(51)
Juros sobre debêntures	(1.108)	-
Juros passivos	(284)	(413)
Outras despesas financeiras	(1.674)	(1.323)
Total	<u>(25.042)</u>	<u>(22.832)</u>

28 Instrumentos financeiros

28.1 Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:		
Custo amortizado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	488.881	162.686
Contas a Receber	27.892	14.313
Créditos negociados com clientes	-	-
Depósitos Judiciais	18.148	25.837
Total	534.921	202.836
Passivos Financeiros:		
Custo amortizado		
Fornecedores	13.871	18.528
Passivo de Arrendamentos	3.630	3.770
Outras Contas a pagar	5.034	4.584
Debêntures	384.224	-
Obrigações com o poder Concedente	232.250	201.156
Total	639.009	228.038

Abaixo segue fluxo de caixa contratual dos passivos financeiros:

Descrição	2025	2026	2027	2028 até o término dos contratos
Fluxo de caixa contratual:				
Fornecedores	13.871	-	-	-
Passivo de Arrendamentos	331	315	347	2.637
Outras Contas a Pagar	5.011	23	-	-
Debêntures	32.500	32.200	38.200	380.224
Obrigações com o Poder Concedente	28.253	30.750	33.250	203.997
Total	79.966	63.288	71.797	586.858

28.2 Categorias de instrumentos financeiros

28.2.1 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

28.2.2 *Exposição de juros e análise de sensibilidade*

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do 6º ano até o 30º ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia 5 de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

28.2.3 *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros*

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário	Cenário	Cenário	Cenário	
			provável I	provável II (+25%)	provável III (+50%)	provável II (-25%)	provável III (- 50%)
Saldos Patrimoniais							
Ativos Financeiros:							
	100,08%						
Aplicações financeiras	CDI	488.881	59.474	74.342	89.210	44.605	29.737
Passivos Financeiros:							
Obrigações com o poder Concedente		203.997	9.853	12.316	14.780	7.390	4.927
Debênture 1º Emissão - Serie Única	IPCA	384.224	18.558	23.198	27.837	13.918	9.279

28.3 Transações com partes relacionadas

28.3.1 *Remuneração do pessoal-chave da administração*

O pessoal-chave da Administração inclui a Diretoria Administrativa juntamente com Conselho Administrativo. A remuneração do exercício foi de R\$ 6.355.

Gustavo Serrão Chaves
Diretor-presidente

Angelo Santana Garcia Junior
Diretor Financeiro e RI

Scheslei Wagemacker
Gerente de Contabilidade
CRC-ES: 019.459/O-4